



REPÚBLICA DE ANGOLA

Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação

**PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES
INTERESSADAS (PEPI):**

“Angola - Ensino Superior, Ciência e Tecnologia”



Abril de 2023

ÍNDICE

ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS.....	3
INTRODUÇÃO	4
I. DESCRIÇÃO DO PROJECTO.....	4
II. ACTIVIDADES DO PPA	8
III. IDENTIFICAÇÃO DE STAKEHOLDERS E ANÁLISES.....	10
Partes Afectadas	10
Partes Interessadas.....	10
IV. METODOLOGIA DE ENVOLVIMENTO DOS STAKEHOLDERS	11
V. PROGRAMA DO ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	13
Síntese das Actividades de Engajamento.....	13
VI. ESTRATÉGIA PROPOSTA PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	13
VII. ESTRATÉGIA ADOPTADA PARA CONSULTA	15
Actividades da Consulta Pública	17
VIII. MECANISMO DE FEEDBACK E RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES (GRM).....	20
IX. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PEPI	21
Recursos	21
Funções da Gestão e Responsabilidade	21
X. MONITORAMENTO E RELATÓRIO	22
Envolvimento de stakeholders nas actividades de monitoramento	22
Relatórios para os stakeholders.....	22
XI. ANEXO: LISTA DE PRESENCAS	24

ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

- MESCTI: Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação;
- BM: Banco Mundial;
- PPA: Project Preparation Advance;
- TEST: Tertiary Education, Science and Technology;
- EMIS: Sistema de Informação de Gestão Educacional;
- NREN: Rede Nacional de Pesquisa e Educação;
- INAAREES: Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimentos de Estudos do Ensino Superior;
- INAGBE: Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudos
- UGP: Unidade de Gestão de Projecto;
- PEPI: Plano de Envolvimento das Partes Interessadas
- VGB: Violência e Assédio baseado no género
- MGAS: Marco de Gestão Ambiental e Social
- PGAS: Plano de Gestão Ambiental e Social;
- MGR: Mecanismo de Gestão de Reclamações;
- ONG: Organizações não Governamentais;
- MED: Ministério da Educação;
- MINSA: Ministério da Saúde;
- MINFIN: Ministério das Finanças;
- MASFAMU: Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher;
- IEC: Informação, Educação e Comunicação;
- EAS: Exploração e Abuso Sexual;
- AS: Abuso Sexual;
- ISCED: Instituto Superior de Ciências de Educação;
- STEAM: Science, Technology, Engineering art and Mathematics.
- QGAS: Quadro de Gestão Ambiental e Social;
- ESP do Bengo: Escola Superior Pedagógica do Bengo;
- LiBES: Livro Branco do Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

1. **O Projecto do Ministério do Ensino Superior, Ciência Tecnologia (abreviadamente designada por TEST)**, vai complementar os esforços do Governo de Angola no processo de diversificação económica e desenvolvimento financiado pelo Banco Mundial.
2. **O Objectivo do Projecto TEST** é apoiar a implementação da Estratégia Angolana para o Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, com foco em: i) acesso e equidade (especialmente alcançar a paridade de género), ii) qualidade e relevância (priorizando competências de adaptação climática) e iii) governação e financiamento.
3. **Conteúdo deste documento**, contem além desta Introdução, dos Acrónimos e Abreviaturas, os seguintes Capítulos temáticos: i) Descrição do Projecto; ii) Identificação de Stakeholders e Análises; iii) Programa de Envolvimento das Partes Interessadas, e; v) Mecanismo de Feedback e Resolução de Reclamações (GRM), e) Anexo 1: Lista de Presenças.

I. DESCRIÇÃO DO PROJECTO

4. **Descrição do Projecto.** O Projecto TEST tem quatro componentes. O primeiro componente: aumentar o acesso e equidade no ensino superior, o segundo componente: reformar as instituições de formação de professores para fortalecer a preparação de professores, o terceiro componente: transformação digital e o quarto componente: reforçar a capacidade de gestão, monitorização e avaliação. A descrição de cada componente é apresentado nos pontos seguintes.
5. **Componente 1: Melhorar o acesso, a equidade e a qualidade no Ensino Superior.** Este componente ampliará as vagas nas instituições de ensino superior com vista a tornar as matriculas mais equitativas e esta composto por duas subcomponentes: i) Expandir o acesso e melhorar a equidade e a relevância do ensino superior no mercado de trabalho, e; ii) Fortalecer os mecanismos de garantia de qualidade.
6. **Componente 2: Reformar as Instituições de Formação de Professores para fortalecer a preparação de professores.** Esta componente visa dar resposta à crise educacional no nível primário em Angola requer a revisão do ecossistema de preparação de professores existente. Será necessário aumentar a quantidade de professores e ao mesmo tempo a qualidade dos professores. Adicionalmente esta componente vai apoiar políticas de igualdade de género de modo a ter maior participação de professores formadas pelos ISCEDs. A componente em referência está organizada em torno de duas subcomponentes: i) alargar o acesso à formação moderna de professores em formação

prévia, e; ii) melhorar a qualidade do ensino e dos programas de preparação de professores.

7. **Componente 3: Transformação digital.** Esta componente visa promover o desenvolvimento digital nas IES por meio de uma Rede Nacional de Pesquisa e Educação (NREN) que trará internet de banda larga mais rápida, confiável e acessível às IES. Para além disso, apoiará o desenvolvimento e implementação de uma estratégia de desenvolvimento digital nas IES, consistindo em actualizações de infraestrutura, treinamento de professores nas áreas digitais e institucionalização do uso de um Sistema de Informação de Gestão Educacional (EMIS) a nível nacional pelo MESCTI e a nível institucional, em cada IES. A componente está organizada em torno de duas subcomponentes: i) criar uma Rede Nacional de Investigação e Educação (NREN) e impulsionar a investigação e a inovação, e; ii) digitalizar a prestação de serviços no ensino superior e construir competências digitais.
8. **Componente 4: Reforçar a capacidade de gestão, monitorização e avaliação.** Esta componente visa investir na capacitação e gestão das IES e do MESCTI.
9. **Cobertura Geográfica do Projecto.** O projecto atenderá geograficamente todas as províncias ou seja todo o país, na medida em que as Instituições de Ensino Superior cobrem todas províncias do país.
10. **Beneficiários do Projecto.** Os beneficiários serão os actores do Subsistema do Ensino Superior e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, com destaque para os estudantes de todos subsistemas de ensino e a população de maneira mais geral.
11. **Responsabilidade da Implementação do Projecto e do Presente PEPI.** O projecto será implementado pelo MESCTI, INAAREES, INAGBE as pelas IES, nos termos estabelecidos com o Banco Mundial. Cabendo a coordenação geral competirá ao MESCTI, com o apoio técnico de uma Unidade de Gestão de Projecto (UGP) e dos Especialistas do Banco Mundial.
12. **O Projecto Proposto e a Norma Ambiental e Social 10 Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informação do Banco Mundial.** Um dos objectivos de um PEPI é identificar pessoas ou comunidades que são, ou poderiam ser afectadas pelo PPA (incluindo grupos vulneráveis), bem como outras partes interessadas, e garantir que estejam envolvidas em questões ambientais e sociais que poderiam afectá-las, através de um processo de divulgação de informação e discussão; e manter um relacionamento construtivo com as partes interessadas numa base contínua, através de um envolvimento significativo durante a preparação do PPA e ao longo da sua implementação. Pessoas ou grupos vulneráveis incluem adolescentes, mulheres jovens, jovens mães, pessoas com deficiência, comunidades indígenas e autóctones incluindo, mulheres, meninas/os vítimas de violência e assédio baseada no género (VBG), precisam ser identificados ao longo do PPA e da sua implementação, para que as suas limitações sejam mapeadas e sejam

adoptadas medidas adequadas para garantir que elas terão oportunidades iguais para expor as suas preocupações e opiniões relativamente ao PPA.

13. **Projecto com classificação de risco ambiental e social é moderado.** O projecto terá um foco específico na melhoria dos resultados de aprendizagem e das competências dos estudantes do ensino superior, promovendo simultaneamente o acesso e a inclusão em termos de género. A classificação das partes interessadas é moderada devido ao facto de os recursos atribuídos ao Projecto não serem suficientes para fornecer cobertura nacional de todas as IES do país, o que poderá resultar em algumas queixas ou críticas ao âmbito e às intervenções do Projecto.
14. **O Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS), particularmente sua seção de análise social, incluirá a avaliação das barreiras sociais remanescentes para garantir o cumprimento da Diretiva do Banco Mundial para lidar com riscos e impactos em indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis.** A avaliação descreverá e analisará os seguintes aspectos principais: i) estudo de eficácia (para reduzir repetências e desistências); ii) elaborar ou atualizar o processo de avaliação/credenciamento dos cursos de medicina junto ao INAAREES; iii) fazer estudo sobre a actualização dos currículos dos programas das IES; iv) desenhar e estabelecer rede de escolas para formação "prática" para os alunos ISCEDs; v) elaborar os desenhos/projectos de infraestrutura; vi) criar estímulos nos professores e melhoria de condições sociais; dar formações extra curriculares periodicamente e criar metodologias de avaliações contínuas de desempenho da identidade reguladora.
15. **O MGAS do projecto será finalizado, consultando e divulgado um mês após efectividade do projecto.** Serão realizadas consultas (estes encontros foram realizadas de forma presencial e virtual) das partes interessadas no que diz respeito ao Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI, o presente documento) e ao Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS).
16. **Neste contexto, este PEPI preliminar do Projecto, que será revisado dentro de 12 meses após a efectividade do Projecto, tem como objectivos específicos:**
 - a) facilitar o acesso às informações relacionadas ao projecto, através da divulgação da informação e realização de consultas como forem pertinentes durante todo o ciclo de vida do projecto. O PEPI ainda descreve as maneiras pelas quais o projecto se comunicará com as partes interessadas;
 - b) prever a elaboração e implementação de uma estratégia de comunicação para as partes interessadas com uma abordagem baseada em género, incluindo directrizes e materiais de comunicação para canais digitais e envolvimento dos diferentes segmentos da comunidade académica e científica. As abordagens serem adoptadas na gestão da comunicação do projecto e deste PEPI visarão garantir que as informações sejam significativas, oportunas e acessíveis às partes interessadas

afectadas, apoiando a ampla divulgação de canais disponíveis para denunciar casos de assédio e violência baseadas no género, e;

- c) incluirá um Mecanismo de Gestão de Reclamações (MGR), que se baseará no reforço do Gabinete de Inspeção do MESCTI e incluirá procedimentos para a gestão de reclamações, guiadas por princípios tais como: i) disponibilidade para beneficiários e partes interessadas respeitando suas necessidades e opiniões; ii) procedimentos conhecidos e cronograma para análise e resolução de reclamações, e; iii) acessibilidade para os usuários do MGR.

17. O PPA combinará diferentes métodos de divulgação da informação, garantindo que os materiais e canais de comunicação sejam apropriados e acessíveis as meninas, jovens e outros grupos vulneráveis identificados pelo projecto. A população deve ser consultada de maneira independente afim de confirmar quais canais de comunicação para a divulgação de informação são os mais apropriados para cada grupo social (jovens, adultos, IES e ONGs).

II. ACTIVDADES DO PPA

18. Além das actividades de natureza logística, o PPA do presente projecto contempla essencialmente as seguintes actividades:

a) Componente 1 - Melhorar o acesso, a equidade e a qualidade do ensino superior:

- i. Assistência técnica para as IES, visando o desenho e lançamento dos novos cursos das áreas STEAM (identificação das IES, condições infraestruturais, humanas e parceiros da indústria), incluindo a promoção destes cursos nas escolas de ensino primário e secundário e o ingresso e sucesso escolar das mulheres/meninas;
- ii. Consultoria para a conclusão do processo de harmonização curricular e a melhoria dos currículos da formação de professores, com ênfase para o ensino das áreas STEAM;
- iii. Consultoria para a elaboração do Estudo sobre a eficácia do subsistema do ensino superior (repetências, desistências e custo financeiro da permanência excessiva na instituição);
- iv. Elaboração dos TdR para a institucionalização de espaços permanentes de fomento da cultura da qualidade no ensino superior, nomeadamente: i) Centro de Referência em Qualidade (para prestar assistência técnica às IES em matéria de avaliação); ii) Fórum Nacional de Qualidade (para o INAAREES e as IES discutirem assuntos relacionados com avaliação no país); iii) Conferência Internacional de Qualidade (para discutir com académicos e saber do estado da arte da qualidade no mundo);
- v. Elaboração dos Termos de Referência para o software de gestão/suporte dos/aos processos de avaliação e creditação;
- vi. Aquisição de equipamento tecnológico de reforço da infraestrutura digital do INAAREES e de apoio às equipas de avaliação externa;
- vii. Assistência técnica de apoio ao INAAREES para os processos de avaliação externa;
- viii. Contratação de formadores para os avaliadores externos e gestores de procedimentos;
- ix. Elaboração dos Termos de Referência para a contratação da consultoria para a elaboração do quadro legal e funcional do Observatório de Empregabilidade.

b) Componente 2 - Reforma das instituições de formação de professores (ISCED) para reforçar a preparação dos professores:

- i. Consultoria técnica para a elaboração do Plano de Formação para cada uma das Instituições de Ensino Superior Pedagógicas (Pública);
- ii. Termos de referência da rede colaborativa (Escolas primárias, Escolas secundárias e professores mais experientes) para o processo de formação prática de novos professores; (PPA)
- iii. Contratação de firma para a elaboração do Projecto Executivo da infraestrutura da Escola Superior Pedagógica do Bengo;
- iv. Contratação de firma para a elaboração do Projecto Executivo da infraestrutura do Instituto Superior Ciências de Educação do Huambo;
- v. Contratação de firma para a elaboração do Projecto Executivo da infraestrutura do Instituto Superior Ciências de Educação da Huíla;
- vi. Contratação de firma para a elaboração do Projecto Executivo da infraestrutura do Instituto Superior Ciências de Educação do Uíge.

c) Componente 3 - Transformação Digital:

- i. Contratação de consultoria técnica para a elaboração do Termos de Referência do NREN, incluindo o modelo de negócio;
- ii. Contratação de consultoria técnica para a elaboração do Termos de Referência da Universidade Virtual, incluindo o modelo de negócio;
- iii. Contratação de consultoria técnica para a elaboração de um Estudo que consistirá no levantamento sobre: i) o estado de informatização dos serviços das IES; ii) presença das IES na Web; iii) as condições infraestruturais e humanas disponíveis, e; iv) definição do plano de capacitação das IES (bens, serviços e a formação do pessoal).

d) Componente 4 - Reforçar a capacidade de gestão, monitorização e avaliação:

- i. Contratação de consultoria para a elaboração do modelo de financiamento do subsistema do ensino superior, incluindo a respectiva proposta do diploma legal;
- ii. Contratação de consultoria para apoiar tecnicamente o MESCTI e as IES em relação aos assuntos fiduciários (gestão de recursos);
- iii. Contratação de Consultor em Tecnologias para a Educação;
- iv. Contratação do Subgerente de Projecto;
- v. Contratação do Especialista de gestão financeira do Projecto;
- vi. Contratação de uma firma para a elaboração de documentos de Salvaguardas Sociais e Ambientais.

III. IDENTIFICAÇÃO DE STAKEHOLDERS E ANÁLISES

19. **Stakeholders do Projecto.** Para efeitos deste PEPI, os stakeholders do Projecto, seguirão as definições previstas na Norma Ambiental e Social 10 Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informação do Banco Mundial, que define como stakeholder os indivíduos, grupos ou outras entidades que:
- são impactados ou provavelmente afectados direta ou indiretamente, positiva ou adversamente, pelo projecto (também conhecidos como “partes afetadas”) e;
 - podem ter interesse no projecto (“partes interessadas”). Incluem indivíduos ou grupos, cujos interesses podem ser afectados pelo projecto e que têm o potencial de influenciar os resultados do projecto de qualquer forma.
20. **Para fins de engajamento efectivo e particularizado, os stakeholders do Projecto proposto são divididos nas seguintes categorias principais: partes afectadas, partes interessadas e grupos vulneráveis.**

Partes Afectadas

21. **São partes afectadas** as pessoas, grupos e entidades na área de influência do projecto que são directamente influenciadas (real ou potencialmente) pelo projecto e/ou foram identificadas como as mais susceptíveis aos impactos do projecto e que precisam estar intimamente envolvidos na identificação desses impactos, bem como na tomada de decisões sobre as medidas de mitigaçãodeles.
22. **No caso do presente Projecto, na categoria de afectados,** destacam-se os estudantes que frequentam as Instituições de Ensino Superior, nos referimos a 314.049¹ estudantes, além dos alunos que frequentam os subsistemas de ensino precedentes ao subsistema de ensino superior que serão impactados com a pretendida melhoria dos Instituições de Ensino Superior Pedagógicos.

Partes Interessadas

23. **São consideradas partes interessadas** os indivíduos, grupos, entidades que podem não sofrer impactos directos do projecto, mas que consideram ou percebem seus interesses como afectados pelo projecto e / ou aqueles que poderiam afectar o projecto e de alguma forma o processo de sua implementação. Nesta categoria se incluem o público em geral, imprensa e instâncias governamentais dos três níveis: nacional, provincial como também organizações não governamentais, associações/ ordens de classes profissionais, sindicatos, incluindo o sector privado.

¹ Número de estudantes matriculado no ano académico 2020/2021

24. Apresenta-se na Tabela 3, as diferentes partes interessadas e o seu nível de participação e influência no PPA. Esta tabela será actualizada durante a implementação das actividades financiadas pelo PPA para garantir que nenhuma parte interessada seja excluída.

Tabela 3 – Principais partes interessadas do PPA.

Partes interessadas que podem ser afectadas, direta ou indiretamente, pelos resultados da implementação do PPA	Partes interessadas que participam da implementação do PPA	Partes interessadas com influência na implementação do PPA
<ul style="list-style-type: none"> • Beneficiários da comunidade universitária (Adolescentes, Rapazes e Raparigas, Jovens, Docentes, Reitores, Administradores). • Directores das Escolas Superiores Pedagógicas no País), Docentes / profissionais do ensino superior público e privado; Mulheres, raparigas/os vítimas de violência baseada no género (VBG); • Idosos e Famílias com dificuldades financeiras. • Organizações não-governamentais (ONGs) locais, regionais, nacionais e internacionais (incluindo organizações de saúde e ambientais); • Organizações da Sociedade Civil; ▪ Comunicação social local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade de Apoio à Implementação de Projecto (TEST); • Profissionais e técnicos do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI). MED, MINSA, ONGs que tem intervenções no sector do ensino superior, UNFPA, UNICEF, União Europeia 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretário para os Assuntos Social e Económicos do Presidente da República • Ministério das Finanças (MINFIN) • Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação; • Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), • Ministério da Saúde • Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado; • Governos Provinciais • Meios de comunicação; • Sociedade Civil; • Fazedores de opinião

IV. METODOLOGIA DE ENVOLVIMENTO DOS STAKEHOLDERS

25. Para atender às abordagens das melhores práticas, o projecto aplicará os seguintes princípios no processo de engajamento das partes interessadas:
- a) **Abertura durante o ciclo de vida do projecto:** consultas públicas serão organizadas durante todo o ciclo de vida do projecto, realizadas de maneira aberta, livre de manipulação externa, interferência, coerção ou intimidação;
 - b) **Participação e feedback informados:** as informações serão fornecidas e amplamente distribuídas entre todas as partes interessadas em formato apropriado; serão fornecidas oportunidades para comunicar o feedback das partes interessadas, analisar e abordar comentários e preocupações;

- c) **Inclusão e sensibilidade:** a identificação das partes interessadas é realizada para apoiar melhores comunicações e construir relacionamentos efectivos. O processo de participação do projecto é inclusivo. Todas as partes interessadas serão sempre incentivadas a se envolver no processo de consulta. Acesso igual à informação será fornecido a todas as partes interessadas. A sensibilidade às necessidades das partes interessadas é o princípio principal subjacente à selecção dos métodos de envolvimento. Atenção especial deve ser dada a grupos vulneráveis.

Tabela 4 – Necessidades das partes interessadas

Grupo de stakeholders	Meios de notificação preferenciais	Necessidades específicas
<ul style="list-style-type: none"> • Beneficiários da comunidade universitária e científica (Adolescentes, Rapazes e Raparigas, Jovens, Docentes, Reitores e de mais Gestores). 	<ul style="list-style-type: none"> • Site e outros meios de comunicação social; • Entrevistas/ inquéritos face-a-face e recenseamento; • Discussões de grupos focais e reuniões de consulta pública; • Materiais de Informação, Educação e Comunicação (IEC). 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma plataforma informativo sobre o Projecto por via das redes sociais com Facebook, Instagram, ou whatsapp, desenvolvendo métodos de comunicação escritos e visuais, bem como meios de comunicação como anúncios de rádio e televisão e outros.
<ul style="list-style-type: none"> • Directores das Escolas Superiores Pedagógicas no País), Docentes / profissionais do ensino superior público e privado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Site, comunicação social facebook, instagram ou WhatsApp; • Discussões com professores e reuniões de consulta pública; Materiais de IEC, como folhetos, cartazes de Informação, Educação e Comunicação). • Reunião pública, Rádio / televisão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação para harmonização e melhoria dos currículos; • Melhoria dos planos de formação; • Estabelecer planos para a rede colaborativa para o processo de formação prática de novos professores; • Formação e disseminação da informação, percepção dos processos e actividades complementares.

26. **São consideráveis vulneráveis as pessoas ou grupos** que podem ser desproporcionalmente impactadas ou ainda mais prejudicadas pelo projecto em comparação com outros grupos devido ao seu status vulnerável, incluindo seu gênero, e que podem exigir esforços especiais de engajamento para garantir sua representação igual na consulta e no processo de tomada de decisão associado ao projecto.
27. **Esses indivíduos e grupos podem incluir:** mulheres, jovens, crianças, idosos, pessoas com deficiência e comunidades tradicionais. Grupos particulares deste projecto poderiam

incluir: i) pessoas com acesso limitado ou inexistente a tecnologias; ii) trabalhadores domésticos informais com menor renda per capita e cuja sobrevivência depende exclusivamente da manutenção de seu horário de trabalho; iii) pessoas que residem em regiões com acesso precário ou escasso; iv) pessoas com deficiência; e) mulheres em vulnerabilidade econômica e social, (chefes de família, com crianças ou gestantes); v) refugiados e imigrantes ilegais; e; vi) pessoas ou comunidades tradicionais.

V. PROGRAMA DO ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

Síntese das Actividades de Engajamento

28. No entanto, o processo de engajamento das partes interessadas relativamente ao PPA (objecto deste PEPI), tem como objectivo a consulta das partes interessadas no que diz respeito as actividades previstas para todo Projecto e de forma muito particular ao que esta previsto para o PPA. Estes encontros foram realizadas de forma presencial e virtual no período que decorre de Março de 2022 (em sede da elaboração do LÍBES) a Maio de 2023. Durante o referido período, consultas foram realizadas com representantes do Governo, representantes das Instituições do Ensino Superior e também Organizações Não-Governamentais (ONG) que tem intervenções na área do ensino superior.
29. A divulgação das actividades sobre o Projecto actual se fez por meios de diferentes encontros de trabalho e reuniões, no site do MESCTI e outros meios que se fizeram necessários no decorrer deste tempo.
30. **Preparação e publicação deste PEPI.** Neste contexto de divulgação de informação e engajamento amplos das actividades de fortalecimento dos serviços. O presente PEPI preliminar foi preparado e publicado no site do MESCTI, (<https://mescti.gov.ao>), no dia 5 de Maio de 2023.

VI. ESTRATÉGIA PROPOSTA PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

31. O PPA combinará diferentes métodos de divulgação da informação, garantindo que os materiais e canais de comunicação sejam apropriados e acessíveis as meninas, jovens e outros grupos vulneráveis identificados pelo projecto. A população deve ser consultada de maneira independente afim de confirmar quais canais de comunicação para a divulgação de informação são os mais apropriados para cada grupo social (jovens, adultos, IES e ONGs).
32. Comunicação Escrita e Visual, deverá ser feita por meio de:
 - a) **Sumário Executivo** – Este sumário pretende apresentar o projecto de forma concisa e simples, evitando o uso de linguagem técnica. Assim, é possível passar informação simples e resumida sobre o projecto, às partes interessadas.

- b) **Folhetos/Brochura** – O folheto deve ser em língua Portuguesa e distribuído durante os compromissos de divulgação dos instrumentos ambientais e sociais preparados para o PPA, disseminação do PPA, e actividades específicas do mesmo, que necessitem o envolvimento das partes interessadas.
- c) **Quadros de aviso:** Quadros de avisos podem funcionar bem em comunidades rurais e periurbanas e envolvem a disseminação de informação através de corredores comunitários, escolas locais e entradas de locais de trabalho.
- d) **SMS:** Pode ser usado para transmitir mensagens muito específicas, e é muito usado para comunicar de forma rápida. Este método pode ser usado, alternativamente, como um método para solicitar informações e informar as partes interessadas a participar em eventos de consulta.
- e) **Emails:** Amplamente utilizado para comunicação com agências governamentais, ONGs e outros actores institucionais. Este método é expedito e rápido, permitindo a partilha de informação, solicitação de informação a especialistas e divulgação de documentos de normas ambientais e sociais directamente aos principais interessados. Além disso, a comunicação por email fornece acesso directo às partes interessadas na organização de reuniões.
- f) **Redes Sociais** (whatsapp, facebook, Instagram, TikTok etc.): O uso das redes sociais poderá ser um veículo de extrema importância, expedito e de rápida divulgação das actividades do PPA que poderá dar origem a rápidas reacções/feedback.
- g) **Site do MESCTI** (<https://mescti.gov.ao>), incluindo como for relevante no marco das actividades de comunicação em andamento, e de acordo com as seguintes orientações sobre stakeholders visados, informação a divulgar, métodos e períodos de divulgação.

33. Comunicação social, deverá ser feita por meio de:

- a) Os principais componentes da comunicação social incluem rádio e televisão. São úteis para alertar, sensibilização, informações e publicidades relacionado ao Projecto. A fim de divulgar informações, o projecto usará os seguintes veículos de disseminação da informação: i) Rádio Nacional de Angola; ii) Rádio Luanda; iii) Rádios Locais e Provinciais; iv) Televisão Pública de Angola; v) Televisão Zimbo; vi) Televisão ZAP, e; vii) Jornal de Angola e Jornais digitais (ANGOP, O País, Novo Jornal, Expansão, etc.).

VII. ESTRATÉGIA ADOPTADA PARA CONSULTA

34. Afim de recolher as opiniões e as informações do Governo, Ministérios e IES em Angola, sobre os possíveis impactos das actividades a serem implementadas no âmbito do PPA, incluindo os riscos de exploração e abuso sexual e assédio sexual, até o momento o projecto tem organizado as consultas em diversas maneiras conforme mencionado anteriormente. Essas consultas foram realizadas em forma de grupos focais, reunião, ou consulta individual e forma facilitadas pelo MESCTI, na pessoa do Sr. Ndilu Mankenda (Secretário Geral do MESCTI). As consultas realizadas levaram em conta o público alvo em cada sessão de modo a transmitir as informações sobre o projecto e focar nas respectivas componentes e actividades com maior impacto. Por meio de um engajamento significativo, o PPA pode ouvir, dar peso e agir sobre os desafios no sector do ensino superior e levar em consideração as barreiras culturais enfrentadas pelas jovens adolescentes e mulheres principalmente em termos de acesso aos cursos no ensino superior e nas IES publico. As informações recolhidas durante as consultas serão utilizados para o planeamento e implementação do PPA.

Tabela 5 – Estratégia para consulta das partes interessadas.

Fase	Tópico para a consulta	Método usado	Cronograma	Partes interessadas alvo	Responsabilidade
Fase de Preparação	Apresentação do PPA e obtenção de opiniões e preocupações relativas ao PPA.	Reuniões virtuais e presenciais.	Fevereiro a Abril de 2023	Representantes do Governo (MESCTI, Agencias internacionais (UNICEF), ONGs em representação dos grupos vulneráveis (mulheres, raparigas e rapazes adolescentes, mulheres entre outros).	MESCTI
	Preparação e recolha de informação para a elaboração dos draft PEPI e PGAS.	Reuniões presenciais e virtuais com as IES, ISCEDs, INAAREES e ONGs.	Março a Abril de 2023	Entidades públicas, ONGs, Comunidade do Ensino Superior e grupos vulneráveis.	MESCTI,
	Divulgação dos rascunhos dos do PEPI e QGAS.	Reuniões presenciais e virtuais com as comunidades, grupos focais, workshops (se for necessário).	Mai de 2023	Entidades públicas, ONGs, Comunidade Educativa no Ensino Superior e grupos vulneráveis.	MESCTI, IES, ISCEDs,

Actividades da Consulta Pública

35. Para garantir a inclusão dos subsídios dos Departamentos Ministeriais e Parceiros do MESCTI na implementação do PPA, e se acautelar as necessárias medidas de Mitigação para eventuais riscos, durante a preparação, implementação e período pós implementação, foi realizada uma visita de troca de experiência para Washington DC de 27 de Fevereiro a 01 de Março de 2023. Durante essa visita a delegação visitou 4 IES sendo i) a Universidade de Maryland, Baltimore County, ii) a Universidade Howard, iii) a Universidade George Mason em Virgínia, e iv) ao Montgomery Community College. Durante as visitas foi apresentado os programas em geral das IES bem como algumas metodologias de ensino que são implementadas para assegurar a qualidade do ensino e garantir maior engajamento com a indústria durante o processo de definição dos currículos. Todas as IES demonstraram interesse em formar parcerias com as IES em Angola e para tal foi acordado uma lista previa das possíveis parcerias e actividades que poderiam ser realizados a curto e medio prazo.
36. Para além da visita de troca de experiência, foi realizado um encontro com as ISCEDs via Microsoft Teams (encontro virtual), no dia 16 de Março de 2023. Durante este encontro foi apresentado o conceito do projecto, bem como as componentes e respectivas actividades que o presente Projecto visa apoiar. Os participantes deram alguns inputs em relação ao desenho do projecto e actividades previstas. Entre os principais inputs, consta i) maior reforço de inclusão de praticas na metodologia do ensino; ii) maior engajamento com a indústria e mercado de emprego para atualizar currículos assim empregabilidade, iii) inclusão de cursos de língua inglesa nos programas do Ensino Superior para facilitar a integração e criação de parcerias com outros países na região, na Europa, EUA para além da comunidade PALOP.
37. O BM realizou uma missão de preparação do Projecto do Ensino Superior em Luanda de 10 a 20 de Abril de 2023. Como parte da missão, foi realizado uma visita a Escola Superior Pedagógica do Bengo (ESPB) No dia 18 de Fevereiro de 2023, onde a equipa do MESCTI e BM foi recebida pela Direcção da Escola Superior Pedagógica do Bengo. Durante a visita, foi apresentado a oferta formativa da ESP do Bengo em termos dos programas, currículos e desafios enfrentados no processo de formar professores para ensino de base. O MESCTI aproveitou o momento para apresentar o Projecto TEST e o seu vínculo com a melhoria da qualidade do ensino a nível de educação de base com o aumento do número de professores melhores capacitados. Foi abordado a questão de igualdade de género como os dados demonstram que as mulheres são uma parte desproporcional nas universidades públicas e como força de trabalho nas escolas a nível básico, devemos reconhecer e engajar as mulheres na comunicação de risco e no engajamento da comunidade. Assim para melhorar as oportunidades de ingressar nos cursos de ensino superior bem como acesso a melhores empregos.
38. Na Tabela 6, pode encontrar-se as contribuições fornecidos pelas partes interessadas.

Tabela 6 – Resultado da consulta baseado nas actividades do PPA para envolver os stakeholders.

ACTIVIDADES DO PPA	CONTRIBUIÇÕES
Assistência técnica para as IES, visando o desenho e lançamento dos novos cursos das áreas STEAM (identificação das IES, condições infraestruturais, humanas e parceiros da indústria), incluindo a promoção destes cursos nas escolas de ensino primário e secundário e o ingresso e sucesso escolar das mulheres/meninas.	A necessidade de maior diversificação da oferta formativa visando alcançar nichos de demanda de mercado de trabalho quase sem resposta das Instituições de Ensino Superior.
Consultoria para a conclusão do processo de harmonização curricular e a melhoria dos currículos da formação de professores, com ênfase para o ensino das áreas STEAM.	Foi manifestada a urgência do tópico na gestão das IES (ou seja a conclusão do processo já iniciado da harmonização dos currículos) e a necessidade de maior capacidade do MESCTI na aprovação das propostas de criação de novos cursos.
Consultoria para a elaboração do Estudo sobre a eficácia do subsistema do ensino superior (repetências, desistências e custo financeiro da permanência excessiva na instituição).	Sem sugestões, comentários ou oposições de realce.
Elaboração dos TdR para a institucionalização de espaços permanentes de fomento da cultura da qualidade no ensino superior, nomeadamente: i) Centro de Referência em Qualidade (para prestar assistência técnica às IES em matéria de avaliação); ii) Fórum Nacional de Qualidade (para o INAAREES e as IES discutirem assuntos relacionados com avaliação no país); iii) Conferência Internacional de Qualidade (para discutir com académicos e saber do estado da arte da qualidade no mundo).	As sugestões dadas definiram a essência da actividade.
Elaboração dos Termos de Referência para o <i>software</i> de gestão/suporte dos/aos processos de avaliação e creditação.	As sugestões dadas definiram a essência da actividade.
Aquisição de equipamento tecnológico de reforço da infraestrutura digital do INAAREES e de apoio às equipas de avaliação externa.	As sugestões dadas definiram a essência da actividade.
Assistência técnica de apoio ao INAAREES para os processos de avaliação externa.	As sugestões dadas definiram a essência da actividade.
Formação para os avaliadores externos e gestores de procedimentos.	As sugestões dadas definiram a essência da actividade.
Elaboração dos Termos de Referência para a contratação da consultoria para a elaboração do quadro legal e funcional do Observatório de Empregabilidade.	Sem sugestões, comentários ou oposições de realce.
Consultoria técnica para a elaboração do Plano de Formação para cada uma das Instituições de Ensino Superior Pedagógicas	Sem sugestões, comentários ou oposições de realce.

(Publica).	
Termos de referência da rede colaborativa (Escolas primarias, Escolas secundarias e professores mais experientes) para o processo de formação prática de novos professores.	As instituições reafirmaram a dificuldade da existência de Escolas do Ensino Geral para apoiar a realização de aulas práticas, essenciais no processo de formação de professores.
Projecto Executivo da infraestrutura da Escola Superior Pedagógica do Bengo.	O beneficiário deverá participar na definição dos pressupostos e das directrizes para elaboração do Projecto Executivo da infraestrutura do ES Pedagógica do Bengo.
Projecto Executivo da infraestrutura do Instituto Superior Ciências de Educação do Huambo.	O beneficiário deverá participar na definição dos pressupostos e das directrizes para elaboração do Projecto Executivo da infraestrutura do ISCED do Huambo.
Projecto Executivo da infraestrutura do Instituto Superior Ciências de Educação da Huíla.	O beneficiário deverá participar na definição dos pressupostos e das directrizes para elaboração do Projecto Executivo da infraestrutura do ISCED do Huíla.
Projecto Executivo da infraestrutura do Instituto Superior Ciências de Educação do Uíge.	O beneficiário deverá participar na definição dos pressupostos e das directrizes para elaboração do Projecto Executivo da infraestrutura do ISCED do Uíge.
Elaboração do Termos de Referência do NREN, incluindo o modelo de negócio.	A necessidade da inclusão das IES privadas na NREN.
Elaboração do Termos de Referência da Universidade Virtual, incluindo o modelo de negócio.	Manifestaram alguma dificuldade de incorporar as ideias iniciais subjacentes no conceito da Universidade Virtual, pelo que recomenda-se o aprimoramento da mensagem para as Partes Interessadas.
Estudo: levantamento sobre o estado de informatização dos serviços das IES, presença destas na Web, bem como as condições infraestruturais e humanas disponíveis. Definição do plano de capacitação (bens, serviços e formação do pessoal).	Sem sugestões de realce, a actividade foi recebido com satisfação, face as necessidades que se assistem sobre este tópico na gestão das IES. Neste contexto, aguarda-se apenas o seu início da actividade com maior envolvimento das IES Públicas.
Consultoria para a elaboração do modelo de financiamento do subsistema do ensino superior, incluindo a respectiva proposta do diploma legal.	Foi manifestada a urgência do tópico na gestão das IES e a disponibilidade destas contribuirão com ideias no desenho final do modelo de financiamento.
Consultoria (28) de apoio técnico para IES e MESCTI em relação aos assuntos fiduciários.	Sem sugestões, comentários ou oposições de realce.
Contratação de Consultor em Tecnologias para a Educação.	Sem sugestões, comentários ou oposições de realce.
Contratação do Coordenador Adjunto da UGP.	Sem sugestões, comentários ou oposições de realce.
Contratação do Especialista de gestão financeira do Projecto.	Sem sugestões, comentários ou oposições de realce.
Contratação do Especialista de Salvaguardas Sociais e Ambientais (Firma);	Sem sugestões, comentários ou oposições de realce.
Contratação do Especialista de aquisições do Projecto.	Sem sugestões, comentários ou oposições de realce.
Contratação de Consultor de Comunicação e	Sem sugestões, comentários ou oposições de realce.

Imagem.	
Contratação da Empresa de Auditoria do Projecto.	Sem sugestões, comentários ou oposições de realce.
Contrato de aquisição de 1 mini-autocarro e de 8 viaturas “todo terreno” de apoio às actividades de avaliação externa e apoio da UGP.	Sem sugestões, comentários ou oposições de realce.

VIII. MECANISMO DE FEEDBACK E RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES (GRM)

39. O GRM do PPA integrará medidas específicas para abordar os casos de EAS/AS. Essas medidas farão do GRM um mecanismo acessível e seguro para os/as sobreviventes relatarem os incidentes de EAS/AS. As medidas incluem mecanismos centrados no/na sobrevivente e garantem relatórios confidenciais desses casos e resposta ética e confidencial para os/as sobreviventes.
40. O GRM deverá estar operacional antes do início das actividades do PPA, seguindo o seguinte roteiro.
- a) **Passo 1: Receber e registar a reclamação.** Todas as partes interessadas poderão comunicar as suas queixas recorrendo a diversos canais de apresentação de reclamações, nomeadamente: email (estabelecimento de um endereço para o efeito), telefone (estabelecimento de uma linha telefónica dedicada), site de internet (específico para o projecto), reclamações verbais ou por escrito à equipa do projecto recorrendo a formulários específicos, através dos líderes tradicionais das comunidades, entre outros;
 - b) **Passo 2: Reconhecer, avaliar e atribuir.** A equipa que recebe a reclamação, ou a queixa deve fornecer uma comunicação ao reclamante/ denunciante de que sua queixa foi recebida, será registada e revista, para elegibilidade e, se elegíveis, gerarão uma resposta organizacional inicial. O reconhecimento inicial deve ocorrer normalmente dentro de 3 a 5 dias após o recebimento;
 - c) **Passo 3: Desenvolver uma resposta proposta.** O mecanismo de resolução de queixas/reclamações gera tipicamente três tipos de resposta: i) acção directa para resolver a reclamação; ii) avaliação e envolvimento adicional com o reclamante/queixoso e outras partes interessadas, para determinar conjuntamente a melhor forma de resolver a reclamação; iii) determinação de que a reclamação não é elegível para o GRM, porque não atende aos critérios básicos de elegibilidade, ou porque outro mecanismo (dentro ou fora da organização, incluindo o processo judicial) é o canal mais apropriado para o reclamante usar.

Como observado acima, um GRM específico para VBG será estabelecido para reclamações relacionadas.

- d) **Passo 4: Comunicar a resposta proposta ao reclamante e buscar um acordo sobre a resposta.** O GRM é responsável por comunicar a resposta proposta ao denunciante atempadamente, por escrito e utilizando uma linguagem facilmente acessível ao autor da denúncia. O reclamante pode ou não concordar com a resposta proposta. Caso haja acordo, a equipa poderá prosseguir com a resposta proposta. Para reclamações relacionadas com VBG, a resposta deve consistir em encaminhamento imediato a serviços médicos, legais e psicossociais e acompanhamento e apoio ao sobrevivente para aceder aos serviços que ela ou ele aceita;
- e) **Passo 5: Implementar a resposta para resolver a queixa.** Quando houver um acordo entre um reclamante e a equipe GRM para avançar com a acção proposta ou processo de partes interessadas, deve ser dada uma resposta (quando possível, com resolução) num prazo definido que se sugere ser de um mês.
- f) **Passo 6: Rever a resposta se não for bem-sucedida.** Como mencionado acima, em alguns casos pode não ser possível fornecer ao reclamante uma resposta satisfatória. Em alguns casos, os esforços de boa-fé podem não conseguir resolver as queixas. Em tais situações, a equipe do GRM deve rever a resposta com o reclamante e explorar se uma modificação na resposta pode atender às preocupações do reclamante, e;
- g) **Passo 7 - Encerrar ou encaminhar a reclamação.** O passo final é encerrar a queixa/reclamação. Caso a resposta seja satisfatória, a equipa do GRM deve documentar a resolução satisfatória, em consulta com o reclamante. Em situações de queixas mais complexas e incomuns, também pode ser útil documentar as principais lições aprendidas. A Documentação escrita do reclamante indicando satisfação com a resposta deve ser obtida.

IX. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PEPI

Recursos

- 41. Os Recursos financeiros necessários para a realização das actividades deste PEPI, virão da componente 4.

Funções da Gestão e Responsabilidade

- 42. **Os arranjos institucionais são os seguintes:** a responsabilidade de execução das actividades prevista nesse PEPI será supervisionada, monitorada e reportada pelos profissionais qualificados para a gestão dos riscos e impactos ambientais, sociais, inserido na Unidade de Gestão do Projecto (UGP), sob a coordenação com MESCTI, contando com o suporte técnico dos

Especialistas do Banco Mundial. O MESCTI e o BM concordarão com o número de profissionais, termos de referência e responsabilidades que serão necessários ao longo da implementação do PPA e do Projecto futuro.

43. **Relatório sobre o PEPI ao Banco Mundial.** A realização das actividades do PEPI será reportada trimestralmente ao BM, como parte dos relatórios periódicos de progresso do projecto.
44. As actividades específicas do presente PEPI serão devidamente documentadas e as formas em que serão feitas constará do PEPI actualizado.

X. MONITORAMENTO E RELATÓRIO

Envolvimento de stakeholders nas actividades de monitoramento

45. As partes interessadas serão chamados na monitoria das actividades do PPA, de maneira a apoiarem com as suas apreciações aos ajustes que se mostrem necessários para o melhor desenvolvimento do preconizado.

Relatórios para os stakeholders

46. O PEPI será periodicamente revisado e actualizado conforme necessário no curso da implementação do projecto, a fim de garantir que as informações aqui apresentadas sejam consistentes e sejam as mais recentes, e que os métodos de envolvimento identificados permaneçam adequados e eficazes em relação ao contexto do projecto e fases específicas do desenvolvimento. Quaisquer grandes mudanças nas actividades relacionadas ao projecto e em seu cronograma serão devidamente refletidas no PEPI.
47. Resumos e relatórios internos, mensais, sobre reclamações públicas, consultas e incidentes relacionados, juntamente com o status de implementação das acções correctivas/ preventivas associadas, serão compilados pela equipa responsável e encaminhados à gestão do Projecto. Os resumos fornecerão um mecanismo para avaliar o número e a natureza das reclamações e solicitações de informações, juntamente com a capacidade do Projecto de abordá-las de maneira oportuna e eficaz.
48. As informações sobre as actividades de envolvimento público realizadas pelo projecto durante o ano serão transmitidas às partes interessadas a través de um relatório com a inclusão de indicadores de desempenho, podendo incluir os seguintes parâmetros:
 - a) número de reuniões de consulta e outras discussões / fóruns públicos realizados dentro de um período de relatório (semestralmente);
 - b) número de queixas públicas recebidas dentro de um período do relatório (por exemplo, mensalmente, trimestralmente ou anualmente) e
 - c) número das que foram resolvidas dentro do prazo prescrito; número de materiais de imprensa publicados / transmitidos na mídia local e nacional.

49. As ações previstas nesse Plano de Envolvimento das Partes Interessadas serão registradas e relatadas semestralmente ao Banco Mundial.
50. Adicionalmente, como método para verificar a eficiência das medidas de divulgação de informações e envolvimento das partes interessadas, o MESCTI consolidará e divulgará ao público semestralmente a seguinte informação:
 - a) Número de reclamações recebidos relacionadas às actividades apoiadas no âmbito do Projecto, classificadas por origem organismo da governação, Instituições de Ensino Superior, professores, estudantes, tópicos recorrentes, perfil do reclamante e situação de processamento e resolução.

XI. ANEXO: LISTA DE PRESENCAS

51. Lista da consulta pública sobre o “Project Preparation Advance” (PPA) para PAT ii. data 19/08/2020

Nº	INSTITUIÇÃO	NOME	FUNÇÃO	CONTACTOS	E-MAIL
1	MESCTI	Ndilu Mankenda Nkula	Secretário Geral	+244 928 309 049	ndilu.nkula@mescti.gov.ao
2	MESCTI	Lukonda Bau Nzuzi	Director do Gabinete de Estudos Planeamento e Estatísticas	+244 923 861 793	lukonda.nzuzi@mescti.gov.ao
3	MESCTI	Milton da Silva Chivela	Director do Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo		milton.chivela@mescti.gov.ao
4	MESCTI	Guilhermina Angola	Chefe do Departamento de Pós-Graduação da Direção Nacional do Ensino Superior	+244 924 612 299	guilhermina.angola@mescti.gov.ao; gui.angola@hotmail.com
5	MESCTI	Vanja Francisco	Técnico da Secretaria-Geral do MESCTI	+244 923 214 728	
6	Universidade Agostinho Neto	Pedro Magalhães	Magnífico Reitor	+244 927 309 294	pedromagalhaes24@hotmail.com
7	Universidade Katyavala Bwila	Albano Vicente Lopes Ferreira	Magnífico Reitor	+244 949 454 355	reitor@ukb.ed.ao
8	Universidade Rainha Njinga Mbandi	Eduardo Ekundi Valentim	Magnífico Reitor		reitor@uninjingambande.ed.ao
9	Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	Israel Freitas Nongando Domingos	Vice-presidente para Assuntos Acadêmicos	+244 933 021 917	nongando@gmail.com, Presidente@ispcs.ao
10	Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda	Domingos Gabriel Dele Zau	Presidente	+244 914 977 263	donzau@gmail.com
11	Escola Superior Pedagógica do Bié	Guilherme Carlos Agostinho	Director Geral	+244 923 723 776	cabinetdgespbie@gmail.com
12	Universidade Óscar Ribas	Eurico Wongo Gungula	Magnífico Reitor	+244 923 206 065	reitor@uor.ed.ao, euricowongowongo@gmail.com
13	Universidade Privada de Angola	Silvana Rocha da Silveira	Magnífico Reitor	+244 931 454 813	reitoria@upra.ao
14	Universidade Privada de Angola	Manuel João Gonçalves	Promotor		manueljoaofonseca@gmail.com
15	Universidade Privada de	Cristiane Lopes Miguel Neto dos	Vice-Reitor para Assuntos	+244 947 482 457	vrac@upra.ao

	Angola	Santos	Acadêmicos		
16	Instituto Superior Politécnico de Benguela	Antero Moisés Nunguno	Presidente	+244 924 527 834	director-geral@ispbenguela.com, antero.nunguno@ispbenguela.com
17	Instituto Superior Politécnico de Moxico	Ernesto Dumba Gabriel	Presidente	+244 923 231 537	Ernesto.dumba@gmail.com
18	Ministério da Educação	Aldo Sambo	Consultor da Ministra da Educação	+244 923 229 317	aldo.sambo@med.gov.ao
19	UNICEF	Marina Morales	Chefe da Educação	+244 949 982 841	mmorales@unicef.org